

**CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA
MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

EDITAL N. 17/2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições, e com fundamento nos itens 3 e 4, Capítulo XI, do Edital n. 10/2015, que deflagrou o concurso público para o provimento de cargos de Juiz Substituto, **TORNA PÚBLICO** o programa de pontos que serão objeto da prova oral, a saber:

PONTO 1

DIREITO CIVIL

- Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; Aplicação da Lei no Tempo e no Espaço. Interpretação e Integração da Lei. Analogia. Princípios Gerais do Direito e Equidade. Usos e Costumes;
- Do direito das sucessões. Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Do inventário e da partilha;
- Das disposições finais e transitórias do Código Civil Brasileiro, artigos 2.028 a 2.046.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Teoria Geral do Direito Processual Civil. Normas processuais civis. Fontes do Direito Processual Civil. Aplicação e interpretação da lei processual civil. Da norma processual no tempo e no espaço. Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Santa Catarina;
- Da jurisdição. Conceito. Características. Princípios. Extensão. Poderes. Órgãos. Jurisdição contenciosa. Jurisdição voluntária. Da ação. Natureza



jurídica. Princípios. Elementos identificadores da ação. Condições da Ação. Classificação das Ações;

- Dos atos processuais. Definição. Características dos atos processuais. Princípios dos atos processuais. Classificação dos atos processuais. Atos do Juiz. Atos das partes. Atos dos auxiliares das partes. Atos processuais simples e complexos. Documentação dos atos processuais. Local da prática dos atos processuais. Da forma dos atos processuais. Tempo para a prática dos atos processuais. Das comunicações dos atos processuais. Das cartas. Das citações. Das intimações. Das nulidades. De outros atos processuais. Da distribuição e do registro. Do valor da causa. Dos prazos. Conceito. Classificação. Princípios. Contagem. Prazos especiais. Preclusão. Espécies de Preclusão. O juiz: poderes, deveres e responsabilidades. O Ministério Público e os Auxiliares da justiça;
- Formação, suspensão e extinção do processo. Do Procedimento ordinário. Petição inicial: conceito, requisitos. Do pedido: espécies, modificação, cumulação. Causa de pedir. Dos documentos necessários à propositura da ação. Despacho inicial: objeto, natureza. Do julgamento liminar de improcedência das ações repetitivas. Do recurso cabível e seu procedimento. Da decretação de ofício da prescrição. Emenda da inicial. Do indeferimento liminar da petição inicial. Do recurso cabível e seu procedimento. Da antecipação dos efeitos da tutela de mérito. Requisitos. Da fungibilidade entre a tutela antecipada e as medidas cautelares;
- Da citação. Dos efeitos da citação. Da resposta do réu: contestação, exceções (incompetência, impedimento e suspeição), reconvenção. Da revelia. Dos efeitos da revelia. A revelia e os direitos indisponíveis. Da declaração incidente. Dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Das alegações do réu.

DIREITO DO CONSUMIDOR

- Do Código de Defesa do Consumidor. Dos direitos do consumidor. Das disposições gerais. Dos direitos básicos do consumidor;
- Da defesa do consumidor em juízo. Das disposições do Código de Defesa do Consumidor relacionadas à defesa do consumidor em juízo;
- Relação de consumo no serviço público.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Aspectos Gerais do Direito da Criança e do Adolescente. A proteção da infância no Brasil. O Direito Penal do menor. Situação irregular;

- O Direito de ser Criança e Adolescente. Retrospectiva Histórica. A proteção integral. O Princípio do Melhor Interesse da Criança;
- A Trilogia da Proteção Integral. Aspectos Legais e Constitucionais. Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança - ONU 1989;
- Resolução CONANDA n. 169/2014.

DIREITO PENAL

- Concurso de pessoas;
- Penas privativas de liberdade;
- Penas restritivas de direitos;
- Pena de multa;
- Cominação das penas;
- Aplicação das penas;
- Concurso de crimes;
- Extinção da punibilidade;
- Crimes contra a Paz Pública;
- Crimes contra a fé pública;
- Crimes contra a administração pública;
- Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/1990).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Inquérito policial;
- Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. Ação penal de iniciativa pública. Titularidade, condições de procedibilidade. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. Ação penal de iniciativa privada: Titularidade. Queixa. Renúncia. Perdão. Decadência. Perempção. Extinção da punibilidade;
- Ação civil *ex delicto*;
- Dos prazos: características, princípios e contagem;
- Da sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. Efeitos civis da sentença penal;

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Poder constituinte;
- Princípios fundamentais;

- Organização dos Poderes na Constituição Federal. Poder Executivo. Competências, estrutura e responsabilidade. Ministros de Estado. Poder Legislativo. Imunidade parlamentar. Processo legislativo. Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Competência. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Súmula vinculante. Superior Tribunal de Justiça. Competência. Recurso Especial. Conselho Nacional de Justiça. Dos Tribunais e Juízes dos Eleitorais. Dos Tribunais e Juízes dos Estados. Direitos e Deveres da Magistratura. Garantias da magistratura. LOMAN (LC nº 35/79). Funções essenciais à Justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Advocacia e da Defensoria Pública.

DIREITO ELEITORAL

- Dos órgãos da Justiça Eleitoral. Do Tribunal Superior Eleitoral. Dos Tribunais Regionais Eleitorais. Dos Juízes Eleitorais. Das Juntas Eleitorais. Composição e atribuições. Do Ministério Público Eleitoral;
- Da propaganda eleitoral. Do acesso gratuito ao rádio e à televisão. Propaganda partidária fiscalização. Pesquisas e testes pré-eleitorais. Direito de resposta;
- Dos crimes eleitorais. Conceito, natureza e classificação. Tipos previstos na legislação eleitoral.

DIREITO EMPRESARIAL

- Da Sociedade. Disposições gerais. Da sociedade não personificada. Da sociedade em comum. Da sociedade em conta de participação. Da sociedade personificada. Da sociedade simples. Da sociedade em nome coletivo. Da sociedade em comandita simples. Da sociedade limitada. Da sociedade anônima. Da sociedade em comandita por ações. Da sociedade cooperativa. Das sociedades coligadas;
- Da liquidação da sociedade. Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades. Da sociedade dependente de autorização. Da Desconsideração da personalidade jurídica;
- Das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/1976).

DIREITO TRIBUTÁRIO

- O Estado e o poder de tributar. Fundamentos da imposição tributária, suas limitações no nosso ordenamento. Imunidade, isenção, alíquota zero, diferimento, incidência e não incidência;

- Tributos. Conceito. Natureza jurídica. Classificação: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais. Contribuições: espécies e natureza jurídica. Pedágio. Tributação dos ganhos de capital: tendências do sistema e seus fundamentos. Tributação sobre o valor agregado: tendências do sistema e seus fundamentos;
- Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006);
- Impostos federais, estaduais e municipais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Origens, objeto e conceito do Direito Administrativo;
- Princípios da Administração Pública;
- Responsabilidade extracontratual do Estado;
- Prescrição e decadência nas relações jurídicas envolvendo a Administração.

DIREITO AMBIENTAL

- Política ambiental constitucional. Deveres ambientais. Deveres ecológicos e regulamentação da atividade econômica na Constituição Federal;
- Direito Ambiental Constitucional. O artigo 225 da Constituição Federal. Competência legislativa em matéria ambiental. Competências legislativas exclusivas e concorrentes;
- SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente. Objeto. Órgãos integrantes. Órgão Superior. Conselho de Governo;
- Órgão Consultivo e Deliberativo (CONAMA). Órgão Central – Ministério do Meio Ambiente. Recursos Hídricos e Amazônia legal. Órgão executor – IBAMA. Órgãos Setoriais. Órgãos Seccionais e órgãos locais. Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Licenciamento Ambiental. Sistema de Licenciamento;

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

- Sociologia do direito: Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia). Gestão. Gestão de pessoas;
- Psicologia judiciária: Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual;



- Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional: Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça;
- Filosofia do direito: O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral;
- Teoria Geral do Direito e da Política: Direito objetivo e direito subjetivo. Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante.

PONTO 2

DIREITO CIVIL

- Das pessoas. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio;
- Ausência. Direitos da Personalidade;
- Dos bens. Dos bens considerados em si mesmos. Dos bens reciprocamente considerados. Dos bens públicos. Do bem de família;
- Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova;
- Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Competência. Conceito. Competência interna. Critérios para definir a competência. Competência absoluta. Competência relativa. Das causas de modificações da competência: conexão, continência, prevenção. Casos de prorrogação legal da competência. Conflito de competência. Conflito de atribuições. *Perpetuatio jurisdictionis*;
- Processo. Conceito. Classificação. Natureza Jurídica. Princípios informativos do processo civil. Princípios constitucionais do processo civil. As garantias constitucionais do processo civil. A relação processual. Características da relação processual. Sujeitos da relação jurídica: Sujeitos principais. Sujeitos secundários. Sujeitos Especiais. Pressupostos Processuais;
- Das partes e dos procuradores. Da capacidade processual. Legitimação ordinária. Legitimação extraordinária. A substituição processual. Dos deveres das partes e dos procuradores. Do litisconsórcio. Da assistência. Da intervenção de terceiros. Da oposição. Da nomeação à autoria. Da denunciação da lide. Chamamento ao Processo;



- Do procedimento. Procedimento comum ordinário. Procedimento sumário;
- Do julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo sem resolução do mérito. Do julgamento antecipado da lide. Da resolução do mérito. Da audiência preliminar. Das provas: conceito, modalidades, princípios gerais, objeto, ônus, procedimentos. Da audiência de instrução e julgamento. Da sentença. Requisitos e efeitos da sentença. Classificação da sentença. Publicação. Intimação das partes e dos procuradores. Sentença em audiência e início do prazo recursal. Condenação do devedor na emissão de declaração de vontade. Coisa julgada. Conceito. Limites objetivos e subjetivos. Coisa julgada formal e coisa julgada material. Princípio do deduzido e do dedutível. Reexame da sentença. Liquidação da sentença.

DIREITO DO CONSUMIDOR

- Da qualidade de produtos e serviços. Da preservação e da reparação de danos (da proteção à saúde e segurança);
- Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Da responsabilidade por vício do produto e do serviço;
- Da decadência e da prescrição;
- Da desconsideração da personalidade jurídica.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Responsabilidade Civil. Danos Causados por Crianças e Adolescentes;
- Direito à Vida e a Proteção ao Nascituro. Aspectos constitucionais e legais;
- Direito Fundamental à Convivência Familiar e Comunitária. Parentesco. Poder Familiar. Aspectos gerais, constitucionais e legais;
- Conselho Tutelar. Fundo da Infância e Adolescência.

DIREITO PENAL

- Crime. Conceito. Elementos;
- Tipicidade. Elementos. Causas de exclusão;
- Relação de causalidade;
- Consumação, tentativa, crime impossível, desistência voluntária e arrependimento eficaz;
- Arrependimento posterior;
- Dolo e culpa;
- Efeitos da condenação;
- Reabilitação;



- Medidas de segurança;
- Ação Penal;
- Crimes contra a pessoa;
- Crimes contra o patrimônio;

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, espécies, ônus, procedimento probatório, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação;
- Sujeitos processuais: do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça. Vítima no processo penal;
- Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. Disposições gerais. Da prisão em flagrante. Da prisão preventiva. Da prisão domiciliar. Das outras medidas cautelares. Da liberdade provisória, com ou sem fiança. Da prisão temporária;
- Das medidas assecuratórias;
- Lei n. 4.898/1965 (Abuso de autoridade).

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Controle de constitucionalidade. Sistemas. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Efeitos da decisão no controle abstrato. A fiscalização abstrata no plano estadual. A Fiscalização incidental. Controle de constitucionalidade das leis municipais. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. Súmula vinculante. Repercussão Geral;
- Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Da Política Urbana. Tributação e orçamento. Do Sistema Tributário Nacional. Das Finanças Públicas;
- Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Emenda Constitucional no 45/04 – Reforma do Judiciário. Emendas Constitucionais.

DIREITO ELEITORAL

- Do Sistema Eleitoral: Sistema Majoritário e Sistema Proporcional;



- Do Processo Penal Eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Ação Penal. Competência em matéria criminal eleitoral. Rito processual penal eleitoral. Invalidação e nulidade de atos eleitorais.

DIREITO EMPRESARIAL

- Do Direito de Empresa. Do Empresário. Da caracterização e da inscrição. Da capacidade. Da empresa individual de responsabilidade limitada (Lei nº 12.441/2011);
- Do Estabelecimento. Disposições gerais;
- Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar n. 123/2006);
- Direito autoral (Lei n. 9.610/1998).

DIREITO TRIBUTÁRIO

- Fontes do direito tributário. Hierarquia das normas. Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. Legislação tributária. Conceitos. Lei ordinária e lei complementar, Lei Delegada, Decretos Legislativos, Resoluções do Senado, Atos Normativos de Autoridade Administrativa, Decretos e Despachos Normativos do Executivo, Resoluções Administrativas, Portarias, Decisões Administrativas e Consultas. Matérias reservadas à previsão por Lei Complementar. Medida provisória. Tratados e convenções internacionais. Convênios do CONFAZ;
- Regras de vigência, aplicação, e integração. Interpretação e integração da legislação tributária;
- Administração tributária: fiscalização, sigilo, auxílio da força pública, excesso de exação. Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez e consectários. Certidões. Fiscalização. Arrecadação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Poderes da Administração;
- Organização administrativa;
- Bens públicos;
- Agentes públicos;
- Fazenda Pública em juízo.

DIREITO AMBIENTAL



- Bens Ambientais. Águas, cavidades naturais subterrâneas. Energia. Espaços territoriais protegidos e seus componentes: Fauna, Flora, Florestas, Ilhas, Paisagem, Mar Territorial, Praias fluviais, Praias marítimas. Recursos naturais da plataforma continental. Recursos da zona econômica exclusiva. Sítios arqueológicos e pré-históricos. Terrenos de marinha e seus acréscidos. Terrenos marginais;
- Conceito jurídico de impacto ambiental. Exigência Constitucional dos Estudos de Impacto Ambiental. O EIA na legislação nacional. Competência Legislativa sobre o EIA. Competência para exigir o EIA. Estados e Municípios. Competência do CONAMA para estabelecer as diretrizes sobre o EIA. Normas Gerais. Conteúdo do EIA. RIMA. Audiência Pública. As licitações e o EIA;
- Conceito de Zoneamento Ambiental. Finalidade. Natureza jurídica. Zoneamento Ambiental Urbano. Zonas de Uso Industrial – ZUI. Zonas de Uso Estritamente Industrial – ZUEI. Zona de Uso Predominantemente Industrial – ZUPI. Zona de Uso Diversificado – ZUD. Zoneamento Ambiental Agrícola e Zoneamento Ambiental Costeiro.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

- Sociologia do direito: Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios;
- Psicologia judiciária: Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual;
- Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional: Código de Ética da Magistratura Nacional. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados;
- Filosofia do direito: A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável;
- Teoria Geral do Direito e da Política: Ideologias.

PONTO 3

DIREITO CIVIL

- Dos contratos em geral. Das várias espécies de contrato. Dos atos unilaterais;



- Da responsabilidade civil em geral. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Abuso do direito;
- Das preferências e privilégios creditórios.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Cumprimento da sentença. Procedimento. Títulos executivos judiciais. Impugnação. Execução provisória. Competência para o cumprimento da sentença. Cumprimento da sentença condenatória na indenização por ato ilícito. Ação Rescisória;
- Recursos. Conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito. Súmula impeditiva do recurso. Apelação. Agravo. Lei n. 11.187/2005. Embargos infringentes. Embargos de divergência. Embargos de declaração. Recurso de terceiro prejudicado. Recurso pelo Ministério Público. Recurso adesivo. Recurso extraordinário. Requisitos. Repercussão Geral. Recurso Especial. Requisitos. Prova da divergência. Agravo de Instrumento ao STF ou ao STJ. Recurso Ordinário. Da ordem dos processos no Tribunal. Poderes do relator no julgamento dos recursos. Hipóteses para a concessão do efeito suspensivo, pelo relator;
- Dos procedimentos especiais. Dos Procedimentos Especiais de Jurisdição contenciosa. Dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária;
- Juizados Especiais Cíveis (Lei n. 9.099/1995, Lei n. 10.259/2001). Juizado Especial da Fazenda Pública (Lei n. 12.153/2009).

DIREITO DO CONSUMIDOR

- Das práticas comerciais (das disposições gerais). Da oferta. Da publicidade. Das práticas abusivas. Da cobrança de dívidas. Dos bancos de dados e cadastros de consumidores;
- Da proteção contratual: disposições gerais. Das cláusulas abusivas. Dos contratos de adesão;
- Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Colocação em Família Substituta: Guarda, Tutela e Adoção. Abrigo e alternativas de acolhimento familiar;



- Direito Fundamental à Educação e Cultura. Fundamentos constitucionais e legais. Os direitos infanto-juvenis na LDB (Lei nº 9.394/96 e suas atualizações);
- O Direito à Profissionalização e a Proteção do Trabalho Urbano e Rural do Adolescente;
- Direito Fundamental à Saúde da Criança e do Adolescente. Portaria MS/GM n. 1.082/ 2014.

DIREITO PENAL

- Culpabilidade. Pressupostos. Causas de exclusão;
- Erro sobre elementos do tipo, erro determinado por terceiro, erro sobre a pessoa e erro sobre a ilicitude do fato;
- Coação irresistível e obediência hierárquica;
- Illicitude. Causas de exclusão;
- Imputabilidade penal;
- Execução Penal;
- Crimes de trânsito (Lei n. 9.503/1997);
- Crimes ambientais (Lei n. 9.605/1998);
- Crimes lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n. 9.613/1998);
- Crimes previstos no estatuto do desarmamento (Lei n. 10.826/2003);
- Violência doméstica (Lei n. 11.340/2006);
- A lei antidrogas (Lei n. 11.343/2006).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Das citações e intimações. Forma, lugar e tempo dos atos processuais;
- Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Formas procedimentais. Procedimento comum. Instrução criminal. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Procedimento sumaríssimo. Juizados Especiais Criminais. Procedimento relativo ao Tribunal do Júri. Desaforamento. Procedimentos especiais, inclusive de leis especiais.
- Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros;
- Lei n. 7.210/1984. Da execução das penas em espécie. Dos incidentes da execução penal;
- Identificação criminal (Lei n. 9.34/1995).

DIREITO CONSTITUCIONAL



- Constituição: fontes; conceito; objeto; classificações estrutura Supremacia da Constituição. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Vigência e eficácia das normas constitucionais;
- Estado Federal;
- Organização do Estado Brasileiro: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal e Territórios. Organização político-administrativa. Repartição de competências. Bens públicos;
- Intervenção nos Estados e nos Municípios;

DIREITO ELEITORAL

- Do Alistamento Eleitoral: ato e efeitos da inscrição, transferência e encerramento. Cancelamento e exclusão do eleitor. Do domicílio eleitoral;
- Da ação de impugnação de mandato eletivo. Da investigação judicial eleitoral. Do Mandado de Segurança;
- Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições). Lei nº 9.096/1995 (partidos políticos), Lei Complementar nº 64/1990. Código Eleitoral.

DIREITO EMPRESARIAL

- Do Protesto de Títulos (Lei n. 9.492/1997);
- Dos Títulos de Crédito Comercial (Lei n. 6.840/1980);
- Dos Títulos de Crédito Rural (Decreto Lei n. 167/1967 e Lei n. 11.076/2004);
- Títulos de crédito.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- Obrigação tributária. Obrigação principal e acessória. Fato Gerador: ocorrência, aspectos materiais, temporal e espacial. Elementos valorativos: base de cálculo e alíquota. Efeitos, consequências, validade e invalidade dos atos jurídicos. Sujeito ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. Solidariedade. A imposição tributária e as convenções particulares. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Fato gerador. Hipótese de Incidência: noção, aspectos;
- Decadência e Prescrição em matéria tributária. Prescrição intercorrente judicial e administrativa;
- Ilícito tributário. Ilícito e sanção. Ilícito administrativo tributário. Ilícito penal tributário: crimes contra a ordem tributária, apropriação indébita. Sanção administrativa e sanção penal. Responsabilidade penal. Sanções pessoais e patrimoniais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Função administrativa. Regime jurídico administrativo;
- Entidades de colaboração;
- Serviços públicos;
- A reforma do Estado: disciplina e efeitos. Formas de parceria com a iniciativa privada. Parceria público-privada. Terceirização. Fomento. Consórcios Públicos.

DIREITO AMBIENTAL

- O Direito Ambiental Internacional. Conceito. Fontes do Direito ambiental internacional. Princípios gerais do direito ambiental internacional. MERCOSUL e Direito Ambiental Internacional. Procedimentos administrativos de prevenção de dano ambiental nacional transfronteiriço. As Organizações Não-Governamentais. ONGs;
- Conceito de Poluição. Poluição das águas. Poluição Atmosférica. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por rejeitos perigosos. Poluição por agrotóxicos. Poluição sonora. Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação: Fundamento Constitucional. Mudança do Clima e Mercado de Carbono;
- Parcelamento e loteamento do solo urbano. Lei nº 6.938/1981 – política nacional do meio ambiente. Estatuto da Cidade. Lei nº 12.651/2012 (novo código florestal). Lei nº 16.342/2014 (Código Estadual do Meio Ambiente).

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

- Sociologia do direito: Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia). Gestão. Gestão de pessoas;
- Psicologia judiciária: O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas;
- Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional: Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções;
- Filosofia do direito: O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico político. Divergências sobre o conteúdo do conceito;
- Teoria Geral do Direito e da Política: O conceito de Política. Política e Direito.

PONTO 4

DIREITO CIVIL

- Do direito das coisas;
- Da posse: aquisição, efeitos, perda. Os interditos possessórios. Usucapião;
- Dos direitos reais. Da propriedade. Do condomínio. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Processo de execução. Princípios. Das partes. Da competência. Dos requisitos necessários para realizar qualquer execução. Do inadimplemento do devedor. Espécies de execução. Execução para entrega de coisa certa e incerta. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Da execução Fiscal. Da execução por quantia certa contra devedor solvente. Da penhora, avaliação e expropriação. Da citação do devedor e da indicação de bens. Da penhora e do depósito. Da avaliação. Da adjudicação. Da alienação por iniciativa particular. Da alienação em hasta pública. Do Pagamento ao credor. Da Execução contra a Fazenda Pública. Da execução da Prestação Alimentícia. Dos embargos à execução. Prazos para embargos. Natureza jurídica. Legitimidade e procedimento. Dos embargos à execução contra a Fazenda Pública. Dos embargos na execução por carta. Da execução por quantia certa contra devedor insolvente. Da suspensão e extinção do processo. Do Processo Cautelar. Das disposições gerais. Dos procedimentos cautelares específicos;
- Ações de Despejo, Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação, Revisional de Aluguel, Renovatória, (reguladas pela Lei n. 8.245/1991). Ação de Busca e Apreensão por alienação fiduciária (Decreto-Lei n. 911/1969);
- Mandado de segurança. Arbitragem, mediação e conciliação;
- Ação popular e ação civil pública.

DIREITO DO CONSUMIDOR

- Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços;
- Da tutela específica nas obrigações de fazer ou não fazer;
- Da sentença. Da coisa julgada. Da liquidação da sentença coletiva;



- Do cumprimento da sentença. Noção de verossimilhança e hipossuficiência para facilitação da defesa em juízo dos direitos do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- A Justiça da Infância e Juventude. Aspectos Processuais e Procedimentos Especiais. O Ministério Público e a Defesa na Lei n. 8.069/1990. Suspensão e perda do poder familiar. Colocação em família substituta. Apuração de irregularidades nas entidades de atendimento;
- A prevenção geral e especial no Estatuto. Formas de controle. A ação civil pública;
- Crimes e Infrações Administrativas contra a Criança e o Adolescente: Código Penal, Estatuto e Legislação Especial. Aspectos constitucionais e legais;
- Ato Infracional. Garantias Processuais. Aplicação de Medidas de Proteção e Medidas Socioeducativas.

DIREITO PENAL

- Conflito aparente de normas;
- Erro na execução;
- Limite das penas;
- Suspensão condicional da pena;
- Livramento condicional;
- Crimes contra a propriedade intelectual;
- Crimes contra a dignidade sexual;
- Crimes contra incolumidade pública;
- Crimes de licitações e contratos da administração pública (Lei n. 8.666/1993);
- Organização Criminosa - (Lei n. 12.850/2013);
- Crimes de menor potencial ofensivo. Juizado especial criminal (Lei n. 9.099/1995);
- Crimes de tortura (Lei n. 9.455/1997).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Princípios constitucionais do processo penal;
- Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas;
- Dos recursos em geral: princípios, modalidades, recursos em espécie e fungibilidade;
- Recursos especial e extraordinário;



- Aspectos processuais penais constantes da Lei n. 8.072/1990, Lei n. 9.099/1995, Lei n. 10.259/2001, Lei n. 9.296/1996, Lei n. 9.613/1998, Lei n. 10.826/2003, Lei n. 11.340/2006, Lei n. 11.343/2006, Lei n. 12.850/2013, com as alterações legislativas que seguiram em relação a elas;
- Código de Trânsito Brasileiro.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Tratados e convenções sobre direitos humanos. A razoável duração do processo. Direitos sociais. Direitos políticos. Partidos políticos. Direitos de nacionalidade. Tutela constitucional dos direitos e das liberdades. Mandado de segurança, individual e coletivo. Mandado de Injunção. Habeas corpus. Habeas data. Ação popular. Tratados internacionais sobre direitos humanos;
- Poder Executivo do Estado de Santa Catarina: Atribuições e responsabilidades do Governador e do Prefeito;
- Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina. Imunidade dos deputados estaduais e dos vereadores. Processo legislativo estadual. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas do Estado.

DIREITO ELEITORAL

- Do registro de candidatos. Elegibilidade e inelegibilidade: Impugnação de registro de candidatos;
- Dos recursos eleitorais. Pressupostos de admissibilidade. Efeitos e prazos. Recursos perante as Juntas e Juízos Eleitorais e Tribunais Regionais. Recurso contra diplomação;
- Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas Eleitorais.

DIREITO EMPRESARIAL

- Da Recuperação Judicial, Extrajudicial e a Falência do Empresário e da Sociedade Empresária (Lei n. 11.101/2005);
- Da Letra de Câmbio e da Nota Promissória (Decreto n. 2.044/1908, Decreto n. 57.663/1966);
- Do Cheque (Lei n. 7.357/1985). Da Duplicata (Lei n. 5.474/1968);
- Da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras (Lei n. 6.024/1974).

DIREITO TRIBUTÁRIO



- Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade por infrações, responsabilidade pessoal. Responsabilidade supletiva. Substituição tributária. Pagamento indevido: Compensação e Repetição de Indébito;
- Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. Caráter vinculado da atividade de lançamento, efeitos e modalidades. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário;
- Direito financeiro: sede constitucional, seu objeto e suas fontes. Normas gerais de direito financeiro e de direito tributário: autonomia científica e normativa. Atividade financeira do Estado: fundamentos financeiros, econômicos e jurídicos. Finalidades. Aspectos tributários das leis: de responsabilidade tributária, de diretrizes orçamentárias, de orçamento anual, Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Improbidade administrativa;
- Ato administrativo;
- Controle administrativo, legislativo e judicial da Administração. Acesso à informação pública pelo cidadão. Combate à corrupção na Administração Pública;
- Infrações e sanções administrativas.

DIREITO AMBIENTAL

- Meio Ambiente. Teoria Geral do Direito ambiental. Conceito. Natureza. Fontes e Princípios;
- Política Nacional do Meio Ambiente. Princípios da PNMA. Objeto. Finalidade. Instrumentos da PNMA;
- Tipos de Licenciamento (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação). Outorgas das Licenças. Licença Ambiental para fins específicos. Função e Natureza Jurídica do Estudo de Impacto Ambiental.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

- Sociologia do direito: Direito, Comunicação Social e opinião pública;
- Psicologia judiciária: Teoria do conflito e os mecanismos auto compositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos;



- Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional: Direitos e deveres funcionais da magistratura;
- Filosofia do direito: O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico político. Divergências sobre o conteúdo do conceito;
- Teoria Geral do Direito e da Política: Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho.

PONTO 5

DIREITO CIVIL

- Do direito de família. Casamento. Do direito pessoal. Do direito patrimonial. Da união estável. Da tutela e da curatela;
- Legislação Especial: Registros públicos (Lei n. 6.015/1973). Da alienação fiduciária (Decreto-Lei n. 911/1969). Lei n. 9.514/1997. Do condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias (Lei n. 4.591/1964), Lei n. 10.931/2004. Do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003). Da locação de imóveis urbanos (Lei n. 8.245/1991).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Competência. Conceito. Competência interna. Critérios para definir a competência. Competência absoluta. Competência relativa. Das causas de modificações da competência: conexão, continência, prevenção. Casos de prorrogação legal da competência. Conflito de competência. Conflito de atribuições. *Perpetuatio jurisdictionis*;
- Dos atos processuais. Definição. Características dos atos processuais. Princípios dos atos processuais. Classificação dos atos processuais. Atos do Juiz. Atos das partes. Atos dos auxiliares das partes. Atos processuais simples e complexos. Documentação dos atos processuais. Local da prática dos atos processuais. Da forma dos atos processuais. Tempo para a prática dos atos processuais. Das comunicações dos atos processuais. Das cartas. Das citações. Das intimações. Das nulidades. De outros atos processuais. Da distribuição e do registro. Do valor da causa. Dos prazos. Conceito. Classificação. Princípios. Contagem. Prazos especiais. Preclusão. Espécies de Preclusão. O juiz: poderes, deveres e responsabilidades. O Ministério Público e os Auxiliares da justiça;



- Do julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo sem resolução do mérito. Do julgamento antecipado da lide. Da resolução do mérito. Da audiência preliminar. Das provas: conceito, modalidades, princípios gerais, objeto, ônus, procedimentos. Da audiência de instrução e julgamento. Da sentença. Requisitos e efeitos da sentença. Classificação da sentença. Publicação. Intimação das partes e dos procuradores. Sentença em audiência e início do prazo recursal. Condenação do devedor na emissão de declaração de vontade. Coisa julgada. Conceito. Limites objetivos e subjetivos. Coisa julgada formal e coisa julgada material. Princípio do deduzido e do dedutível. Reexame da sentença. Liquidação da sentença;
- Cumprimento da sentença. Procedimento. Títulos executivos judiciais. Impugnação. Execução provisória. Competência para o cumprimento da sentença. Cumprimento da sentença condenatória na indenização por ato ilícito. Ação Rescisória;
- Recursos. Conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito. Súmula impeditiva do recurso. Apelação. Agravo. Lei n. 11.187/2005. Embargos infringentes. Embargos de divergência. Embargos de declaração. Recurso de terceiro prejudicado. Recurso pelo Ministério Público. Recurso adesivo. Recurso extraordinário. Requisitos. Repercussão Geral. Recurso Especial. Requisitos. Prova da divergência. Agravo de Instrumento ao STF ou ao STJ. Recurso Ordinário. Da ordem dos processos no Tribunal. Poderes do relator no julgamento dos recursos. Hipóteses para a concessão do efeito suspensivo, pelo relator.

DIREITO DO CONSUMIDOR

- Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos;
- Sanções administrativas e penais: Da competência concorrente. multa, apreensão, inutilização, cassação de registro, proibição de fabricação, suspensão temporária de atividade, revogação ou cassação de concessão ou permissão, da interdição. Da Contrapropaganda;
- O sistema nacional de defesa do consumidor: A política nacional de relações de consumo – SNDC e PROCON.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Ato Infracional. Garantias Processuais. Aplicação de Medidas de Proteção e Medidas Socioeducativas;
- Lei n. 12.594/2012;



- Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo;
- Provimento Corregedoria CNJ n. 32/2013;
- Resolução CNJ n. 165/2012.

DIREITO PENAL

- Princípios constitucionais penais;
- Aplicação da lei penal;
- Contravenções penais;
- Abuso de autoridade (Lei n. 4.898/1965);
- Preconceito Racial (Lei n. 7.716/1989);
- Crimes praticados contra a criança e o adolescente (Lei n. 8.069/1990);
- Crimes do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990);
- Crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo (Lei n. 8.137/1990);
- Crime contra a economia popular (Lei n. 1.521/1951);
- Crimes praticados por prefeitos e vereadores (Decreto-lei n. 201/1967);
- Estatuto do Idoso;
- Crimes Falimentares.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Jurisdição e competência. Critérios de determinação e modificação de competência. Incompetência. Conexão e continência;
- Das questões e processos incidentes;
- Da coisa julgada penal. Inimputabilidade e processo penal;
- Das nulidades;
- Das ações de impugnação. Da revisão criminal. Do habeas corpus. Do mandado de segurança. Das exceções.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Administração pública. Disposições gerais. Servidores públicos. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais e do Estado de Santa Catarina;
- Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Organização Judiciária. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;
- Da Ordem Social. Seguridade Social. Da educação, da cultura e do desporto. Da ciência e tecnologia. Da comunicação social. Dos índios. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.



DIREITO ELEITORAL

- Da votação: atos preparatórios, início e encerramento. Dos lugares de votação, das seções eleitorais e das mesas receptoras. Da polícia e da fiscalização perante as mesas receptoras. Da apuração;
- Das impugnações perante as juntas eleitorais. Da proclamação e da diplomação dos eleitos;
- Dos partidos políticos: registro e funcionamento partidário. Da filiação partidária. Das finanças e contabilidade dos partidos. Prestação de contas.

DIREITO EMPRESARIAL

- Dos Institutos Complementares: Do registro. Do nome empresarial. Dos prepostos. Da escrituração;
- Do Registro Público de Empresas (Lei n. 8.934/1994);
- Da Propriedade industrial (Lei n. 9.279/1996).

DIREITO TRIBUTÁRIO

- Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais tributários. Competência legislativa e Competência Tributária. Limitações da competência tributária. Discriminação, repartição, destinação e vinculação constitucional da receita tributária. Fundos de participação;
- Processo administrativo fiscal: consulta, contencioso administrativo. Processo judicial Tributário. Ações de iniciativa do fisco: execução fiscal, cautelar fiscal. Ações de iniciativa do contribuinte: anulatória do débito fiscal, declaratória, de consignação em pagamento, de repetição de indébito, mandado de segurança;
- Tributação internacional. Acordos para evitar a dupla tributação. Aspectos tributários da OMC, MERCOSUL, ALADI e ALCA. Incentivos fiscais. Legislação. Análise crítica do sistema e de seus reflexos no desenvolvimento do País. Evasão e elisão tributárias.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Processo administrativo;
- Licitações e contratos administrativos. Acordos celebrados pela Administração;
- Intervenção do Estado no domínio econômico. Regulação;
- Intervenção do Estado sobre a propriedade privada;



- Mandado de Segurança individual. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção. *Habeas Data*.

DIREITO AMBIENTAL

- O Dano Ambiental. Apuração do Dano Ambiental. Reparação do Dano Ambiental. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal por danos ao Meio Ambiente. Infrações Administrativas Ambientais. Sanções para as infrações administrativas ambientais. O Poder de Polícia e Direito Ambiental;
- Meios processuais para a defesa ambiental. Ação Popular. Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/1985). Competência para o processamento e julgamento das ações civis públicas por danos ao meio ambiente. Legitimidade ativa. Mandado de Segurança Coletivo. Desapropriação. Tombamento. A tutela inibitória em matéria de proteção ao meio ambiente. A tutela de urgência no direito ambiental. O acesso coletivo à tutela jurisdicional em matéria ambiental;
- Crimes contra o meio ambiente (Lei n. 9.605/1998). Responsabilidade penal ambiental. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Ação e processo penal. Competência para julgar os crimes contra o meio ambiente. Crimes contra a fauna. Crimes contra a flora. Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural. Crimes de poluição.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

- Sociologia do direito: Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito;
- Psicologia judiciária: Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia;
- Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional: Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão;
- Filosofia do direito: A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável;
- Teoria Geral do Direito e da Política: A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).

Florianópolis, 27 de junho de 2016.

Des. ALEXANDRE d'IVANENKO
Presidente da Comissão do Concurso